

# Paranaguá

## ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS

Assinalando, também, o advento do Catolicismo às novas terras então descobertas em 26 de abril de 1500, um domingo, no Ilhéu da Coroa Vermelha, foi rezada missa solene - acontecimento recriado três séculos e meio depois pelo gênio imortal de Vítor Meireles. Entretanto, só quase 50 anos após a descoberta é que iria ter início o trabalho de catequese do gentio. Jesuítas, beneditinos e franciscanos, após a instalação do primeiro governo geral, em Salvador, deram início à tarefa, e para tal ergueram ermidas, substituídas, depois, por belas igrejas e colégios.

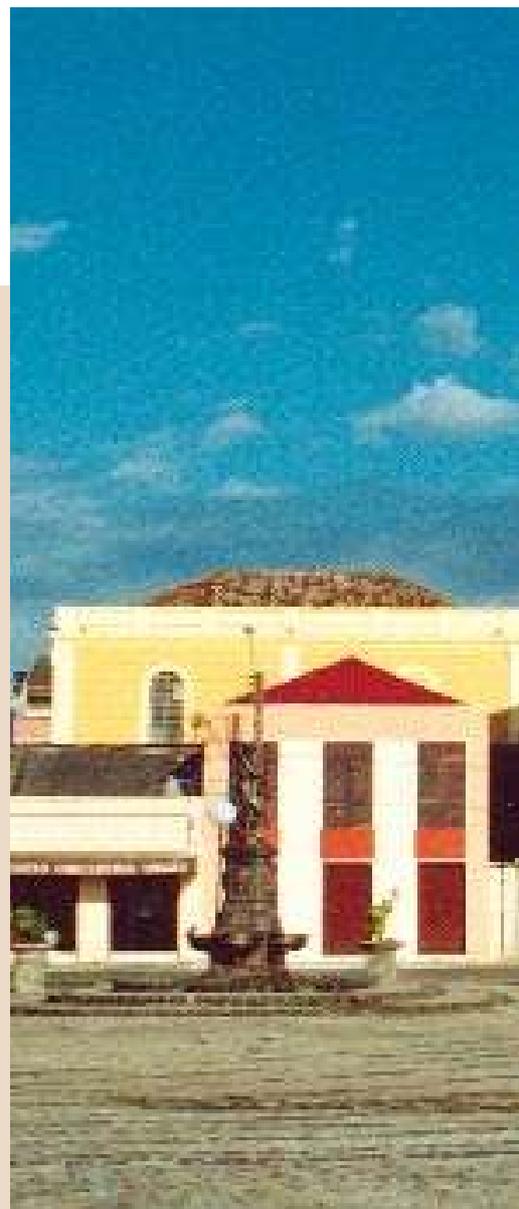
Aos sacerdotes da Companhia de Jesus coube o trabalho de evangelização dos silvícolas, nos territórios situados ao Sul da capitania de São Vicente, bem como o de reconversão à religião dos poucos pescadores e agricultores de origem européia aí radicados.

O período mais provável para o início da evangelização das regiões meridionais teria sido o da passagem dos padres jesuítas Pedro Correa e João de Sonia, enviados de São Vicente para trabalhar entre os índios Carijós que habitavam a "Terra dos Patos", como então era conhecida a região na qual onde hoje está situada a cidade de Laguna, em Santa Catarina. Ao que consta, esses padres teriam sido mortos pelos índios, depois de haverem deixado, entretanto, a semente do Evangelho - se não foram silvícolas, foram brancos, talvez, pois à época existiam portugueses e espanhóis (estes desertores ou naufragos) em Paranaguá, conforme relata Hans Staden, que em 1550 os teria encontrado naquelas paragens.

Em 1554, todo aquele território já teria sido visitado pela Companhia de Jesus, segundo se depreende de carta do padre Manuel da Nóbrega a seu provincial, datada daquele ano, e na qual narra, também, o infausto episódio ocorrido dois anos antes no "país dos Carijós", comprovando, assim, a antiguidade da atividade missionária e catequista jesuítica no extremo meridional do país.

Em 1605, de acordo com Ermelino de Leão, "o Padre Fernão Cardim superior da casa das Missões em Cananéia - a que mais próxima ficava dos carijós de Paranaguá -, enviou os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues para substituir outros missionários no trabalho de catequese no Sul do Brasil". Entre 1606 e 1640 os jesuítas instalaram no Superagui, junto ao Varadouro Velho, a primeira casa de missões no território do Paraná atual. Segundo todas as indicações, com o transcorrer do tempo, não satisfeitos com "a casa pobre do Superagui", desejaram fosse construído um colégio em Paranaguá.

Da influência desses catequistas iria resultar o estabelecimento dos primeiros templos e colégios católicos ao Sul de Cananéia. Cabe, entretanto, aos jesuítas a quase totalidade do esforço missionário desenvolvido, pelo que se infere da petição da Câmara Municipal de Paranaguá ao provincial da Companhia de Jesus, na qual é solicitada a





indicação para aquela vila de seis padres da Ordem, “para que dessem aulas de ensino e latinidade, bem como dogmas de Religião”, em troca de numerário para a compra de escravos e doações de terras para seus estabelecimentos de agricultura, e, também, “residência à custa do povo”. Esse documento data de 10 de setembro de 1682.

Ainda segundo Ermelino de Leão, a câmara de Paranaguá, em nome do povo, fez promessa aos missionários de erigir para a Companhia de Jesus um convento sob a égide de Nossa Senhora das Mercês (a santa padroeira da Ilha de Cotinga). A ilha, desde 1648, era motivo de agitada demanda entre a Câmara e o provedor Manoel Lemos Conde e seu filho e sucessor, Antonio Morato.

No entanto somente em 1699 é que o provincial da Companhia de Jesus resolveu atender às representações do povo e da Câmara de Paranaguá, mandando alguns religiosos, mas tão-somente para “iniciar conversações sobre o objeto do documento” - que data de 17 anos antes - e, em agosto de 1704, a Câmara, em “nome do povo”, faz doação à Companhia de Jesus de “cem braças de terreno, no sítio da Ribanceira, fronteiro ao mar, para que ali se construa o Colégio”. Edificar-se-ia ele em situação invejável, pois a uma distância de poucas centenas de metros ficava a Fonte Velha, onde iam fazer aguada os barcos chegados a Paranaguá. Na mesma data, foram doados, por Antônio Morato, os bens e as alfaías da ermida de Nossa Senhora das Mercês, segundo Vieira dos Santos.

Só em 14 de maio de 1708, todavia, é que, com a chegada dos padres Antônio da Cruz e Tomás de Aquino, efetivamente se fundou a “Casa Escolar” e tiveram início as aulas. Pretendeu-se, então, dar início à construção do edifício do colégio.

Entretanto, em 3 de fevereiro de 1709, João Saraiva de Carvalho, ouvidor de São Paulo, em ofício à Câmara de Paranaguá, obtemperava “não fosse consentido o levantamento da obra sem que antes se obtivesse a real licença para tanto”, embora “pudessem ser reunidos os materiais para a mesma(...)”.

Doze anos depois, porém, por força de um dos provimentos baixados pelo ouvidor Rafael Pires Pardini, quando de sua viagem ao Sul do país, em 1721, nova polêmica instalou-se: a dos dízimos que as confrarias seculares e regulares teriam que recolher à Coroa — e que se negavam a pagar — para a manutenção do culto divino. Ao mesmo tempo, não reconhecia o ouvidor as doações feitas, as quais incluíam as terras do Varadouro e metade da Ilha da Cotinga. Sustentava ele que careciam de validade as referentes à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, visto haver sido esta levantada com as esmolas do povo e, portanto, bem comum, pertencente ao povo, e não propriedade privada do doador.

Por esse tempo, já tendo os religiosos da Companhia de Jesus fundado casa na vila com “real licença e geral regozijo dos povos”, providenciou o ouvidor para que a Câmara fizesse ingentes esforços no sentido de obter dos padres jesuítas escolas gratuitas para o ensino do Latim, da Leitura e da Escrita, porque, “a não ser assim, ficariam sem explicação a referência feita à pobreza da população e a doação de terras e outras benesses recebidas para que nesta terra se instalassem”.



**LOCALIZAÇÃO:** RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 357  
**DATA DA CONSTRUÇÃO:** 1740-1759.  
**PROPRIETÁRIO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.  
**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº38/72. INSCRIÇÃO Nº 37.  
**LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO.** DATA: 01/03/1972.  
**TOMBAMENTO SPHAN:** PROCESSOS Nº101-T E 155-T,  
 INSCRIÇÃO Nº59. LIVRO HISTÓRICO FL. 11 E INSCRIÇÃO  
 Nº105, LIVRO DAS BELAS-ARTES, FL. 19. DATA: 24/5/1938.  
**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA SPHAN.  
 CALMON, PEDRO. HISTÓRIA DO BRASIL, JOSÉ OLYMPIO,  
 RIO DE JANEIRO, 1963.  
 CARNEIRO, DAVID. “COLÉGIO DOS JESUÍTAS EM PARANAGUÁ”  
 IN REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
 ARTÍSTICO NACIONAL, Nº5, MES, RIO DE JANEIRO, 1940.  
 COSTA, LÚCIO. ARQUITETURA JESUÍTICA NO BRASIL,  
 IN, REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
 ARTÍSTICO NACIONAL, Nº 5, MES, RIO DE JANEIRO, 1941.  
 HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE. HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO  
 BRASILEIRA, VOL. 1, A ÉPOCA COLONIAL, SÃO PAULO, 968.  
 JUNIOR, VICENTE NASCIMENTO. PARANAGUÁ  
 HISTÓRIA CRÔNICAS E LENDAS, CONSELHO MUNICIPAL  
 DE CULTURA, PARANAGUÁ, 1980.  
 LEÃO, ERMELINO DE. DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
 DO ESTADO DO PARANÁ CURITIBA, 1926-1929.  
 LEITE, PE. SERAFIM. HISTÓRIA DA COMPANHIA DE  
 JESUS NO BRASIL, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, RIO DE  
 JANEIRO, 1938-1950.  
 ———. ARTES E OFÍCIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL,  
 LIVROS DE PORTUGAL, RIO DE JANEIRO, 1953.



MAACK, REINHARD. "NOTAS PARA A HISTÓRIA, GEOLOGIA E GEOGRAFIA DE PARANAGUÁ", JULHO DE 1948, IN REV. DO INSTITUTO. HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOLÓGICO PARANAENSE, VOL. VIII, CURITIBA, 1963.

PIZARRO E ARAUJO, JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO. MEMÓRIAS HISTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO, MES, RIO DE JANEIRO, 1946.

SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE. VIAGEM A CURITIBA E PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, USP, SÃO PAULO, 1978.

SANTOS, ANTÔNIO VIEIRA DOS. MEMÓRIA HISTÓRICA, CHRONOLOGICA, TOPOGRAPHICA E DESCRIPTIVA DA CIDADE DE PARANAGUÁ E SEU MUNICÍPIO, CURITIBA 1850.

SANTOS, PAULO F. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL E NO BRASIL, SEPARATA DO VOL. IV DO COLÉGIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, COIMBRA, 1966.

WESTPHALLEN, CECÍLIA MARIA. "ALFAIAS E JÓIAS DO ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS EM PARANAGUÁ", IN BOLETIM N° 1, UNIVERSIDADE DO PARANÁ, DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, CURITIBA, 1962. PEQUENA HISTÓRIA DO PARANÁ, MELHORAMENTOS, SÃO PAULO, S.D.

Finalmente, em 1738, o rei de Portugal concedeu a necessária licença para a edificação do colégio e, dois anos depois, teve início efetivo sua construção, provavelmente sobre alicerces que já existiam desde o final do século XVII ou do início do XVIII (1708). Todavia, a data canônica da fundação é a de 10 de dezembro de 1752. Em 1754, transferiram-se os padres para sua nova casa e os serviços religiosos para a igreja do colégio. Só em 19 de março de 1755 - dia de São José -, foi oficialmente inaugurado o Colégio dos Jesuítas, com Missa Solene e Te Deum. O edifício, todavia, não estava concluído: faltava arrematar o lanço do frontispício sobre a Rua da Ordem, junto à igreja.

Quatro anos depois, entretanto, por ordem do marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos da vila e o colégio fechado. Em 19 de janeiro de 1760 procedeu-se ao seqüestro de seus bens.

Após a expulsão dos jesuítas, a Junta da Fazenda manteve, na igreja do colégio, um capelão, cujas obrigações eram a de zelar por sua conservação e a de rezar missa. Essa capelania foi conservada até 1821. O colégio serviu, também, de escritório e residência ao tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza que comandou a construção da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, entre 1767 e 1769. Muitos e muitos anos após a expulsão dos jesuítas, além da inevitável deterioração - "o edifício já pertencente à Real Fazenda ficou abandonado à furibunda mão do tempo, que tudo destróe, sem que a mesma houvesse de mandar fazer os reparos de que necessitava, caminhava pois, a huma total ruína, pela falta de retelho geral tanto no corpo do Convento como no da Igreja e Sacristia; suas imensas goteiras forão deteriorando os encaibramentos dos telhados e apodrecendo os vigamentos que os sustiãõ; os forros e assualhos té as paredes do corpo da Igreja e outros lugares estavam raxados creando arvores parasitas e ruinozas às mesmas e té já vigorozos arvoredos de figueiras aliãõ disso, sendo o mesmo edificio muito açoitado pelas chuvas e tormentas vindas da banda do Sol e Leste que faziãõ encanar torrentes de agoas pelas goteiras e telhas quebradas(...)" - passou por obras que, de certa forma, descaracterizaram o projeto inicial. Não há dúvida, entretanto, que a edificação não obedeceu a um único plano, nem tampouco foram seus artífices de igual capacidade técnica no que respeita aos trabalhos de cantaria. Segundo Vieira dos Santos, "no frontispício da Igreja, frizos, cordões, meias canos e outros labores, principalmente no nicho do meio, onde pretendiãõ colocar Santo Ignacio de Loyola; os portões, obreiras e té mesmo a própria cimalha do remate do edeficio de Cantaria". As intervenções pelas quais, provavelmente, passou, também foram responsáveis pelo aspecto disforme que o colégio veio a apresentar, o que levou Saint-Hilaire a estranhar que os jesuítas, "tãõ cuidadosos nos edifficios que construíaõ, houvessem abandonado essa regra no Colégio de Paranaguá".

Tombado pelo IPHAN em 1938, o edifício estava em adiantado estado de arruinação, quando foi objeto de criteriosa restauração, entre 1958 e 1959. Após cuidadosos estudos envolvendo o referido órgão da União e a Universidade Federal do Paraná, sua revitalização efetivou-se em 1962 quando foi aberto ao público o Museu de Arqueologia e Artes Populares que nele se instalou.

Imponente construção sobre planta quadrangular mas de aspecto sombrio e pesado de praça-forte, no dizer de Lúcio Costa, sua implantação ocupa três quartos de uma quadra e localiza-se no Centro Histórico de Paranaguá, na então chamada Rua da Ordem, posteriormente da Alfândega e atual XV de Novembro. Enquadrada por cunhais em cantaria lavrada, desenvolve-se, em torno do pátio central - claustro - em três pavimentos. Anexo ao colégio existiu a igreja, fazendo frente para a Rua da Ordem, dando fundos para o rio. Destruída no século XIX por incêndio, suas ruínas (frontispício e paredes laterais) foram demolidas, delas restando hoje apenas os alicerces da nave e da torre, bem como o arco cruzeiro, entaipado por parede de alvenaria. Inteiramente construída em alvenaria de pedra argamassada, tem sua fachada principal voltada para o Rio Itiberê; no terceiro piso, abrem-se 10 grandes e largas janelas em guilhotina, divididas em quadrículos, dotadas de conversadeiras entre os vãos. No segundo pavimento, sete janelas, todas com requadros em cantaria, encimadas por vergas retas. No pavimento térreo, e além da grande porta principal do colégio, outras três janelas. Na parte do edifício que faceava o antigo beco da Alfândega, lado Norte, existem seis janelas no terceiro pavimento e quatro no segundo. Na face voltada para o Sul, apenas duas janelas, que iluminavam a antiga sacristia.

O claustro é cercado por belas e robustas arcadas em meio ponto, admiravelmente trabalhadas em cantaria.

O primeiro piso, com pavimento de pedras e amplas salas, destinava-se às oficinas, O recolhimento, as celas e os quartos, ficavam no segundo e terceiro pavimentos, com piso em tabuado.

A frente que faceava a Rua da Ordem, segundo Vieira dos Santos, mostrava o frontispício da igreja e as entradas para o colégio, além de seis janelas de peitoril sobre as empenas interiores que dão para o claustro.

Ainda segundo Vieira dos Santos, por volta meados do século XIX, a capela-mor estava acabada e seu trono era abobadado; o retábulo e a trono feitos de entalhadura e molduras ao gosto daquele tempo. No altar-mor estavam colocadas, em um nicho central, a imagem de Nossa Senhora das Neves e nos laterais as de Santo Ignacio, Fundador da Companhia e a de Nossa Senhora do Terço, além das de São Francisco de Paula, Fundador dos Mínimos e Santo Amaro. No altar colateral, ao lado do Evangelho, colocara-se a imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Em 1804 ou 1805, com o desabamento de parte do telhado da igreja, todas as imagens (e ornamentos) existentes foram transferidas: a do Senhor Bom Jesus da Cana Verde para a Capelinha e, as demais, para a Matriz.

Adaptado com muita propriedade à função de museu, não só pela qualidade do acervo, bem exposto, dotado de bom referencial e distribuído em 10 salas (sete no segundo piso e três no primeiro), constitui-se, atualmente, na principal atração turística da cidade. O museu, especializado em Antropologia (Arqueologia Pré-Histórica, Ergologia Indígena e Artes Populares), está vinculado à Pró-Reitoria de Órgãos Suplementares da Universidade Federal do Paraná e ao Instituto do Patrimônio Histórico e



Artístico Nacional. Através de painéis fotográficos e mapas, enriquecidos com artefatos elaborados por mãos humanas - da pré-história a nossos dias -, o visitante toma, também, contato com peças de artesanato produzidas em várias regiões do país, bem como de mostra de utensílios rudimentares de trabalho: produção de farinha, açúcar e cachaça, caça e pesca.

O museu possui, ainda, biblioteca, especializada em Arqueologia, Artes e Tradições Populares, filmoteca e auditório. ✿



## CASA ELFRIDA LOBO

Na esquina das ruas Dr. Leocádio e Fernando Simas, situa-se essa casa construída na passagem do século XIX para o XX. De 1930 a 1970, foi residência da família Lobo. Após esse período, foi adquirida pela Prefeitura Municipal que lhe conferiu o nome de "Casa Elfrida", como forma de homenagem à última de seus proprietários.

É uma casa térrea de alvenaria de tijolo, com cobertura de telhas cerâmicas oculta por platibanda decorada, implantada à frente do terreno, sem recuos frontal e laterais. É soerguida do nível da via pública por porão ventilado por gateiras circulares. Sua arquitetura é característica do final do século XIX, quando os imóveis, embora mantivessem a implantação tradicional luso-brasileira de disposição no alinhamento frontal do terreno, apresentavam um tratamento plástico eclético, com emprego de ornamentos extraídos de repertórios formais de origens diversas.

A composição é simétrica, apresentando no eixo central a porta de entrada, enquadrada por pilastras troncônicas de fuste canelado e capitéis jônicos. Na profusa ornamentação, em massa, da fachada principal, sobressaem-se os balaústres da platibanda em forma de jarros, a cimalha denticulada, as sobrevergas e outros ornatos.

Os vãos apresentam especial interesse. São arrematados por bandeiras de arco pleno de madeira e vidro, com desenho de motivo floral e guarnecidos, à exceção da porta principal, com balcões ligeiramente sacados, protegidos por guarda-corpos de ferro batido de desenho esmerado. Esquadrias duplas, postigos cegos e folhas envidraçadas fazem a vedação desses vãos.

Em seu interior são notáveis os detalhes de acabamento das esquadrias, de madeira, dos forros e assoalhos, bem como as pinturas parietais. ✿

**LOCALIZAÇÃO:** CRUZAMENTO DA RUA DR. LEOCÁDIO COM A RUA FERNANDO SIMAS  
**DATA DA CONSTRUÇÃO:** FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.  
**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL.  
**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº021/90. INSCRIÇÃO Nº120. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 08/11/1999.  
**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.





CASA ONDE MORARAM BRASÍLIO ITIBERÊ  
E MONSENHOR CELSO E SOBRADO  
À PRAÇA MONSENHOR CELSO Nº 106

A Paranaguá dos séculos XVIII e XIX é, ainda, perfeitamente identificável no conjunto urbano, estendendo-se às margens do Rio Itiberê, a cidade velha tem sua paisagem urbana própria, de configuração nitidamente colonial, formada por uma pequena trama de tortuosas vielas, nas quais se enfileiram séries de casas térreas e assobradadas construídas no alinhamento, sem recuo. Sobressaem, no conjunto, algumas edificações de maior vulto, portadoras, no passado, de papel importante na vida local, como as igrejas, a fonte, o antigo Colégio dos Jesuítas e alguns sobrados.

Esse conjunto, no entanto, não é uniforme, pois parte do primitivo casario sofreu alterações irreparáveis ou, então, foi demolida e substituída por construções novas. Apesar das mutilações sofridas pela cidade antiga, entretanto manteve-se inalterada a escala urbana, pelo fato dessas novas construções haverem mantido fidelidade ao gabarito e, também, ao alinhamento das construções vizinhas mais antigas.

Mas, se a cidade antiga sobreviveu quase incólume em termos de escala urbana, por outro lado ficou fracionada em termos de conjuntos e monumentos ainda portadores de suas primitivas características. É de lamentar-se, por exemplo, a demolição da Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, obra do início do século XVIII (1710) e que existiu até o princípio do século XX. Apesar de já bastante alterada, a série de sobrados fronteiros ao rio constitui, ainda, conjunto apreciável, sendo de notar-se que a escala, uma vez mais, manteve-se intacta.

Exemplo do que se afirma é o conjunto existente fronteiro à matriz e que integra o Centro Histórico de Paranaguá, em largo que ainda guarda várias construções coloniais de muito valor. São ao todo, três casas térreas e dois sobrados, que embora tenham sofrido reformas, mantiveram, todavia, suas características arquitetônicas. A escala do conjunto é quase perfeita, prejudicada, apenas, pelo excessivo alongamento da torre da matriz. Desse conjunto destaque-se o sobrado, originalmente ocupado por casa de comércio, no primeiro piso, e residência, no segundo, e a casa térrea na qual nasceram e viveram boa parte de sua infância os irmãos Celso e Brasília Itiberê.

O sobrado, de linhas simples, segundo o arquiteto e professor José La Pastina Filho, é ampliação de casa térrea erguida no século XVIII e irmã gêmea da edificação ao lado (Casa Brasília Itiberê). Na planta da antiga vila já consta, àquela época, a referida edificação na quadra "situada entre o Largo da Matriz, a rua do Rosário (hoje Professor Cleto), a rua da Baixa (atual João Reais) e a do Ouvidor (agora Faria Sobrinho)".

Um de seus antigos proprietários foi o capitão José Rodrigues Branco, e nele se hospedou Dom José Caetano de Souza Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, quando de sua visita pastoral a Paranaguá, em 1815.



LOCALIZAÇÃO: PRAÇA DA MATRIZ.

DATA DA CONSTRUÇÃO: FINS SÉCULO XVIII/ INÍCIO DO SÉCULO XIX.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº40/72. INSCRIÇÃO Nº39. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 11/08/1972. CASA À PRAÇA MONSENHOR CELSO, 106.

LOCALIZAÇÃO: PRAÇA MONSENHOR CELSO,106

DATA DA CONSTRUÇÃO: FINS DO SÉCULO XVII / INÍCIO DO SÉCULO XIX,

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL.

TOMBAMENTO ESTADUAL PROCESSO Nº44/74. INSCRIÇÃO Nº43. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 23/01/1974.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA SPHAN.

ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

LYRA, CYRO CORRÊA DE OLIVEIRA, LEVANTAMENTO E PROJETO DE RESTAURAÇÃO DOS ARQUIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

NASCIMENTO JR., VICENTE. PARANAGUÁ: HISTÓRIA, CRÔNICAS E LENDAS. CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, PARANAGUÁ, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL, PARANAGUÁ. BOLETIM DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, VOL. 1,1968-1975, PARANAGUÁ, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. DE. VIAGEM A CURITIBA E PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, USP, SÃO PAULO, 1978.

SANTOS, ANTÔNIO VIEIRA DOS. MEMÓRIA HISTÓRICA, CHRONOLÓGICA, TOPOGRÁFICA E DESCRIPTIVA DA CIDADE DE PARANAGUÁ E SEU MUNICÍPIO. CURITIBA, 1850.

Construído em alvenaria de pedra, possui, no térreo, na parte frontal, quatro portas almofadadas, requadros em cantaria encimados por vergas arqueadas. No segundo piso repetem-se as portas, que se abrem sobre balcão com guarda-corpo em ferro. Lateralmente, janelas em guilhotina, divididas em quadrículos, telhado em quatro águas, cunhais com base em cantaria, o restante em massa, beiral em cimalha.

Até ser construído o Palácio do Visconde de Nacar - pelo comendador Manoel Antonio Guimarães -, era considerado o melhor e mais nobre edifício urbano de Paranaguá.

A casa onde nasceram e viveram os irmãos Celso e Brasília Itiberê da Cunha - o primeiro tornar-se-ia monsenhor e o segundo, diplomata, e se imortalizaria por suas composições musicais - é outro magnífico exemplo de configuração colonial.

Brasília Itiberê da Cunha nasceu em 1846, filho de João Manoel da Cunha e de Maria Lourenço Munhoz. Depois de estudos primários em Paranaguá e secundários em Curitiba, seguiu para São Paulo, onde se formou em Direito, entre 1846 e 1870.

Seguindo para a Corte teve oportunidade de mostrar a D. Pedro II suas qualidades de virtuoso e seu talento excepcional de músico. Suas Rapsódias Brasileiras,



seu Jardim dos Trópicos, além de A Sertaneja (baseada em motivos folclóricos paranaenses), constituem, com as obras de Carlos Gomes, verdadeiras glórias da música brasileira. Foi ainda diplomata, com carreira notável, servindo na América do Sul e na Europa. Faleceu em 1913, e seu corpo, embalsamado, foi trazido ao Paraná, tendo o funeral a guarda do tradicional 13º Regimento de Cavalaria, sediado em Curitiba.

Já seu irmão, Celso Itiberê da Cunha, nasceu em 1849, e fez seus estudos primários na escola pública, em Curitiba, prosseguindo sua educação no liceu fundado por seu pai. Em 1868 foi para São Paulo, onde se matriculou no Seminário Episcopal. Ordenado sacerdote em 1873, celebrou sua primeira missa, naquele mesmo ano, na antiga matriz de Curitiba, de 1873 a 1890 foi vigário de várias cidades, como Cerro Azul, Apiaí, Iguape e Ribeira, lugares estes então de difícil acesso e comunicação. Em 1897 foi nomeado cônego honorário da Catedral de São Paulo, e em 1º de janeiro de 1901 foi empossado cura da Catedral de Curitiba, onde permaneceu até morrer, em 1930. Seus restos mortais foram trasladados em 1949, data de seu centenário de nascimento, para a Igreja do Rosário.

A casa, construção do século XVIII, destinava-se a fins comerciais (parte fronteira) e residenciais (fundos), uma vez que em sua fachada existiam, ainda, os primitivos requadros em cantaria das quatro portas que se abriam para o Largo da Matriz e das duas para a antiga Rua João Alfredo, para onde se abriam, igualmente, quatro janelas. Estava em ruínas e dela somente restavam as paredes externas quando o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Diretoria de Assuntos Culturais da SEC e a Prefeitura Municipal de Paranaguá iniciariam as obras de restauração. A casa havia sido tombada pelo Patrimônio do Paraná e, posteriormente, desapropriada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, que vendo sua importância no contexto histórico-cultural da cidade custeando toda a obra de restauração, executada sob a responsabilidade do arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra, em 1973.

Pelo Decreto nº 693, de 18 de janeiro de 1973, foi dada a denominação de Casa de Monsenhor Celso ao próprio incorporado ao patrimônio municipal, e o Decreto nº 694 o destinou para sede do Conselho Municipal de Cultura.

Edificação de um só pavimento em alvenaria de pedra com cobertura em três águas. Na parte frontal quatro portas almofadadas enquadadas por requadros em cantaria, encimadas por vergas encurvadas. Lateralmente (é um prédio de esquina) duas portas e quatro janelas, estas em sistema de guilhotina divididas em quadrículos, requadros em cantaria, vergas arqueadas. Beiral em cimalha. ✿

## ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ



**LOCALIZAÇÃO:** PRAÇA ALMIRANTE TAMANDARÉ.  
**DATA DA CONSTRUÇÃO:** 1882.  
**PROPRIETÁRIO:** REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.  
**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 011/90. INSCRIÇÃO: Nº 108.  
**LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO:** DATA: 14/12/1990.  
**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

Em 5 de julho de 1880 o imperador D. Pedro II inaugurou oficialmente, na cidade Paranaguá, a construção da estrada de ferro entre o litoral e o primeiro planalto. Naquele momento dava-se também início à edificação da primeira Estação Ferroviária de Paranaguá, construída três anos depois. Em 17 de novembro de 1883, dia de Nossa Senhora do Rocio, padroeira da cidade, foram inaugurados o primeiro trecho de estrada, unindo Paranaguá a Morretes, e a estação de passageiros e carga, batizada com o nome do monarca.

Edificação de composição simétrica, tem ao centro, destacado, um pórtico de entrada, com colunas e ornatos de inspiração neoclássica. Na cobertura, em telhas cerâmicas, são marcantes o frontão central e uma série de óculos de ventilação. ✿



## FORTE VELHA

A primitiva distribuição das matas e campos no estado do Paraná era a expressão de um equilíbrio natural, no que concerne a fatores climáticos e qualidade dos solos. A relação entre temperatura e umidade constituía uma fonte de riqueza para a obtenção de produtos naturais e de cultivo. A retenção das chuvas pela cobertura vegetal elevada e a sua repetida distribuição pelos arbustos e pela camada folhosa próxima ao solo fazia com que a água se infiltrasse lentamente na superfície do mesmo e fosse absorvida pelo húmus, o que resultava em acúmulo de umidade na rede de raízes. A partir de então, lenta, mas persistente, dava-se sua passagem para as camadas mais profundas até que fosse atingido o lençol de água subterrâneo, o qual por saturação, era devolvido à superfície na forma de olhos d'água. (Contrariamente, a desnudação do solo, por efeito de desmatamento, faz com que ele fique sob a ação direta das precipitações; a reserva de húmus diminui e, por fim, deixa de existir e o solo fica sob efeito direto de forte lavagem, o que tem como conseqüência imediata a diminuição do depósito de água no subsolo, acelerando-se sua redução, no círculo biológico. Por essas razões fontes centenárias secam ou é sua vazão reduzida).

Paranaguá, situada no sopé da Serra do Mar, degrau entre o litoral e o primeiro planalto do interior, vê desaguar em sua magnífica baía a captação de rios do planalto pelos rios das encostas da serra, fruto daquele ciclo já referido. Natural, pois, que, aqui e ali, aflorem fontes ou olhos d'água, principalmente em baixadas úmidas. É o caso da chamada Fonte Velha, que já era utilizada desde tempos imemoriais pelo aborígine que habitava a região. No último quartel do século XVI, entre 1575 e 1600, os poucos brancos de origem européia, egressos de Cananéia e de São Vicente, que se haviam estabelecido na Ilha da Cotíngia resolveram abandoná-la e fundar no continente fronteiro a nova póvoa, que dispunha de espaço maior para as atividades agrícolas e pecuárias. A escolha recaiu no chapadão localizado no alto das ribanceiras do então chamado Rio Taquaré (Itiberê), entre outras coisas "por possuir uma fonte de água nativa que brotava em meio a formosa planície e que, por falta de represamento, se escoava na direção do mar".

A primeira providência no sentido de torná-la de utilidade pública - após haver dessedentado, talvez por séculos e séculos, o aborígine - foi tomada em 10 de abril de 1655, quando a Câmara resolveu "limpar o caminho da fonte de beber. Na época o local da fonte era chamado Fonte de Gamboa, corruptela de camboa, designação dada pelos Carijós, que dali foram expulsos, a curral ou esteiro de apanha de peixes, sistema por eles utilizado de procedimento técnico pesqueiro que foi herdado pelos praiheiros da região.

Feita a "limpeza" do caminho - ao longo do que é hoje a rua Conselheiro Sinimbu -, os vereadores, na sessão do dia 4 de abril de 1657, resolveram "se providenciasse o represamento da água para consumo da população". Convém assinalar que, na





época, à exceção da Fonte de Gamboa, não havia outro manancial de água potável. Extraía-se água de poços, mas era muito salobra. Para a execução da obra se candidataram João Gonçalves Peneda, filho presumível de Domingos Peneda (ou Ceneda) - tido como um dos fundadores da vila e seu primeiro juiz ordinário -, e Roque Dias, que prometeram executá-la em 30 dias, o que foi feito.

Mas, não tendo sido trabalho perfeito e, muito menos, definitivo, passado um ano foram traçados novos planos, consistindo “na construção de uma caixa fechada com abóbada, tendo em huma das faces huma janelinha para se proceder à limpeza do interior da dita fonte”. A nova obra custou ao erário municipal 16\$000 (dezesseis mil-réis), um absurdo para a época. Constou da edificação de caixa subterrânea, tendo descoberta, apenas, a face que se voltava para o mar, e nesta se implantaram a janela de visitação e limpeza, torneiras de bronze (hoje inexistentes) e ladrões para o escoamento do excesso de líquido. A caixa se alonga em forma de galeria, protegendo o manancial, cujo volume de água vem diminuindo com o passar do tempo, embora tenha resistido a prolongadas estiagens. Entenderam, mais tarde, os vereadores que “tamanha preciosidade” exigia “moldura mais artística”, e em 26 de dezembro de 1714 foi contratado o mestre pedreiro Agostinho da Silva Gomes para a construção de paredes, lateralmente à galeria, estrutura que até hoje ostenta.

A fonte localiza-se junto às margens do Rio Itiberê, e através da Ladeira de Santa Rita, pavimentada com lajes irregulares de pedra, as quais, segundo as crônicas, vieram de ultramar, como lastro nas naus, liga-se à Rua Conselheiro Sinimbu, antiga Rua da Fonte, nas proximidades da Igreja de São Benedito. Compõe-se de duas plataformas - a superior de forma aparentemente elíptica -, construídas em alvenaria de pedra, e com escada em cantaria ligando-as. No eixo da plataforma superior ergue-se espécie de frontão, também em alvenaria de pedra e, à sua frente, interrompe-se a mureta que circunscribe a plataforma. Através de arco sob a mureta atinge-se a plataforma inferior, constituída por tanques rasos, também murados, para os quais corre a água da fonte. Essa segunda plataforma é igualmente arrematada por mureta, cujo término é uma figura esculpida em pedra, que lança a água para o Rio Itiberê.

Após o tombamento, a Prefeitura de Paranaguá deu partida ao trabalho de restauração de seu mais antigo monumento, de características nitidamente coloniais, implantando a seu redor um parque em cuja extremidade há um espelho d'água simbolizando o Rio Itiberê, que antes dos aterros levados a termo chegava até lá. A fonte integra o Centro Histórico e é carinhosamente apelidada de “Fontinha” pela população. ✿



**LOCALIZAÇÃO:** RUA PÊCEGO JÚNIOR, JUNTO AO RIO ITIBERÊ. **DATA DA CONSTRUÇÃO:** A PARTIR DE 1658.  
**AUTOR DO PROJETO:** AGOSTINHO DA SILVA GOMES (MESTRE PEDREIRO DA OBRA DE 1714)  
**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL.  
**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº222-04/64. INSCRIÇÃO Nº4. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 26/01/1964.  
**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA SPHAN.  
 ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.  
 LEÃO. ERMELINO DE A. DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA, 1928.  
 MAACK, REINHARD. GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ, CO-EDIÇÃO JOSÉ OLYMPIO, RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA, 1981.  
 NASCIMENTO JR, VICENTE. PARANAGUÁ: HISTÓRIA, CRÔNICAS E LENDAS, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, PARANAGUÁ, 1980.  
 SAINT-HILAIRE. A VIAGEM DE CURITIBA À PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, USP, SÃO PAULO, 1978.  
 SANTOS, ANTONIO VIEIRA DOS. MEMÓRIA HISTÓRICA. CHRONOLÓGICA, TOPOGRÁFICA E DESCRIPTIVA DA CIDADE DE PARANAGUÁ E SEU MUNICÍPIO, CURITIBA, MUSEU PARANAENSE, 1850.  
 VIANA. MANOEL. PARANAGUÁ NA HISTÓRIA E NA TRADIÇÃO, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, PARANAGUÁ, 1976.